ISSN 2236-0719

ARTE E SUAS INSTITUIÇÕES

XXXIII COLÓQUIO DO COMITÊ BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE

Organização

Ana Cavalcanti

Emerson Dionisio Gomes de Oliveira

Maria de Fátima Morethy Couto

Marize Malta

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Setembro 2013

C B
H A

Sobre a imagem da capa: Trabalho de CARLOS ZÍLIO - "Rubens on the beach II, 2007, óleo e bastão de óleo sobre tela, 140x180cm".

Sobreposição de Tarefas: uma Leitura do Dicionário de Judith Martins[1]

Angela Brandão
Universidade Federal de São Paulo/PPGHIS - UFJF

Resumo: Partindo-se de um estudo comparativo entre os Dicionários de Judith Martins (1974) e de Marieta Alves (1976), visualiza-se quantitativamente os ofícios e tarefas. É possível constituir uma trama documental que enrede os termos usados para identificar ofícios e tarefas nos Dicionários citados; as denominações utilizadas no "Livro dos regimentos dos oficiais mecânicos", de 1572, assim como os verbetes relativos aos ofícios no Dicionário de Bluteau ("Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico") de 1712 - 1728. Esta leitura em trama pode, ao menos do ponto de vista lexical, esclarecer alguns aspectos das sobreposições dos fazeres artísticos no Brasil Colonial.

Palavras-chave: Judith Martins; Marieta Alves; ofícios mecânicos; dicionários.

Resumen: A partir de un estudio comparativo entre los Diccionarios de Judith Martins (1974) y de Marieta

*Esta pesquisa contou com apoio da Fundação de Apoio ao Docente e Aluno (FADA) e Bolsa de Iniciação Científica PIBIC-CNPq. Agradeço, especialmente, aos trabalhos da bolsista Klency Kakazu de Brito Yang.

Alves (1976), se puede visualizar cuantitativamente los oficios y tareas. Es posible constituir una trama documental que combine los términos utilizados para identificar oficios y tareas en los Diccionarios citados; las denominaciones utilizadas en el Livro dos Regimentos dos Oficiais Mecânicos, de 1572, así como los términos empleados para designar los oficios en el Diccionario de Bluteau (Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico) de 1712 - 1728. La lectura comparada puede, por lo menos desde un punto de vista lexical, clarificar algunos aspectos de la superposición de los quehaceres artísticos en Brasil Colonial.

Palabras-clave: Judith Martins; Marieta Alves; oficios mecánicos; diccionarios

A compreensão do trabalho artesanal para a história da arte no Brasil do período colonial é, como se sabe, sobremodo importante, pois grande parte das obras artísticas foi realizada não exatamente por artistas, no sentido liberal e individual, mas por artesãos anônimos, que exerceram suas funções em sentido coletivo.

O modelo de organização do trabalho artesanal que se mantinha em Portugal desde a Idade Média, com características das corporações de ofícios, manteve-se e foi aplicado aquém mar, em leis e em uma série de regras que determinaram a produção artística, com suas devidas variações, desde o século XVI até o começos do século

XIX. Tais leis foram compiladas no livro manuscrito em 1572: *Livro dos Regimentos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sëpre leal cidade de Lixboa,*[2] cujo original se encontra no *Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa*. O manuscrito foi copiado e distribuído pelas distintas cidades e câmaras portuguesas, assim como, por certo, entre suas colônias; acrescentado, em distintas datas, por novas leis e modificações até começos do XVIII. No entanto, em sua totalidade, manteve-se como o conjunto mais geral de regras para o exercício das atividades artesanais no contexto luso-brasileiro até finais do século XVIII.

Observar este conjunto de leis para cada um dos ofícios relacionados com a produção artística nos mostra as fronteiras, muitas vezes pouco delimitadas, entre as distintas atividades artesanais que dialogavam entre si, como ocorria entre os carpinteiros, mestres pedreiros e carpinteiros, marceneiros, ensambladores e entalhadores, que se aproximavam, muitas vezes, dos trabalhos de escultura em madeira.

Tudo isso transparece nas tarefas exigidas para cada um dos exames aos quais os oficiais dessas profissões eram submetidos, para adquirir suas cartas de exame. O universo de objetos semelhantes, exigidos para os exames, pese a diferença de materiais, propõe um sentido de sobreposições de saberes e de atividades entre

[2] Foi transcrito por Carlos José de Araújo Vilela e impresso, pela primeira vez, em Coimbra, pela Imprensa da Universidade, em 1926. CORREIA, Vergílio. Prefácio. *Livro dos Regimentos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sëpre leal cidade de Lixboa –1572. Publicado e prefaciado pelo Dr. Vergílio Correia. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926*. Na página VI se lê: "acrescentou alguém com letra que suponho seja já do século XVII: 'os originais se entregaram neste tempo aos juizes de ofício e ainda hoje muitos se conservam'".

distintas profissões. As penalidades aplicáveis indicam até que ponto cada artesão somente poderia exercer seu ofício, sem ultrapassar limites e sem invadir o trabalho de outra categoria de artesãos. No entanto, alguns termos que constam nos exames comprovam que os trabalhos artesanais aproximavam-se entre si.

O exame dos pedreiros exigia, por exemplo, que o artesão realizasse uma escada, uma porta, uma coluna dórica com sua base e capitel.[3] O carpinteiro tinha que madeirar uma casa de quatro águas, também fazer uma porta de duas faces, e fazer igualmente uma escada, pese a diferença dos materiais. Os ensambladores fariam um painel, com sua moldura, decorado com colunas dóricas, e, sobre as colunas, deveriam fazer um friso, com seus tríglifos, sua arquitrave e frontispício com proporções adequadas. Porém, se o ensamblador quisesse examinar-se também no ofício de imaginaria ou escultura de madeira, era obrigado a realizar, "um Cristo de três palmos em sua Cruz e uma Nossa Senhora com o Menino Jesus nos braços, do mesmo tamanho, e de vulto pleno".[4] Para o exame de entalhador, o artesão teria que realizar um friso com ornamentos romanos, muito bem ordenados e, no centro, teria que esculpir:

"um serafim muito bem feito e de formoso rosto e em tudo segundo a ordem e o desenho que aqui vai (…) Fará um capitel coríntio de um palmo de diâmetro e a altura será proporcionada a esta divisão, o capitel será ornado de folhas e caulículos muito bem feitos (…) na ordem das folhas e

[3] Ibid. p. 105 y ss.
[4] Ibid. p. 110.

disposição de todo o ornamento deste capitel guardará as obrigações coríntias que em tudo seja conforme este desenho".[5]

Ainda que os próprios *Regimentos* desde 1572 tentavam estabelecer os limites entre as profissões e impedir que um artesão realizasse o ofício de outro, pode-se perceber que estas fronteiras não eram demasiado claras. Embora todo o sistema de organização do trabalho dos ofícios mecânicos, herdada de modelos medievais portugueses, tenha-se modificado ao adequar-se à colônia brasileira, parece certo que tanto em Portugal como no Brasil, a rígida divisão das funções exercidas por distintos oficiais nunca se tenha mantido rigorosamente. Se tampouco os limites entre as Belas Artes e as artes mecânicas eram rigidamente estabelecidos no universo português até o século XVIII, assim, de acordo com Jeaneth Araújo:

os entalhadores executavam portadas, retábulos e tocheiros; os imaginários esculpiam imagens para templos de irmandades e oratórios particulares. Às artes e ciências uniam-se engenheiros, dedicando-se à arquitetura civil e militar, traçando riscos de chafarizes e largos, como também executavam cenários efêmeros para festas religiosas e civis(…) geralmente os artistas especializavam-se em mais de uma atividade, sendo simultaneamente escultores/arquitetos, pintores/cenógrafos. Faziam obras novas como também reparavam as existentes.(…) Pelos preceitos corporativos, nenhum oficial podia assumir obra pertencente a outro ofício. Provavelmente nem mesmo em

[5] Ibid. p. 111.

Portugal esta norma foi rigidamente respeitada por parte dos mecânicos não havendo divisão rígida dos ofícios similares (escultor/entalhador, carpinteiro/carapina, pintor/dourador), ocorrendo a muitos destes profissionais agirem de acordo com a demanda.[6]

A autora afirmava, portanto, o que poderíamos chamar de "sobreposições de funções". Estas sobreposições chegaram a gerar conflitos como aquele narrado por Noronha Santos, ocorrido no Rio de Janeiro, entre 1759 e 1761, envolvendo os juízes de ofício de carpinteiros e marceneiros, onde o acusado era um entalhador que executava, indevidamente, obras de marcenaria em lugar de dedicar-se "somente a seus trabalhos de talha, oratório, retábulos e lanternas, destinados a igrejas e casas".[7]

Os *Regimentos*, por sua vez, determinavam: "Que nenhum oficial use mais que daquilo que foi examinado".[8] No entanto, percebia-se que não era possível estabelecer os limites entre ofícios semelhantes de modo definitivo:

"E por escusar diferenças que há entre os diferentes oficiais por tomar das obras de que não são examinados ordenam e mandam que todo ensamblador que for examinado segundo este *Regimento* pode tomar obra de seu ofício em que entre a talha mas não para a poder fazer em sua casa e se passar por entalhador examinado e pela mesma maneira o entalhador que for examinado

[6] ARAÚJO, Jeaneth Xavier de. A pintura de Manoel da Costa Ataíde no contexto da época moderna. In CAMPOS, A. A. org. *Manoel da Costa Ataíde: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos*. Belo Horizonte: C/Arte, 2005., pp. 41-44.
[7] SANTOS, Noronha. SANTOS, Noronha. Um litígio entre marceneiros e entalhadores no Rio de Janeiro. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, n.6, pp.295-317, 1942.
[8] *Livro dos Regimentos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sëpre leal cidade de Lixboa –1572.* Op.cit. pp. 234-235.

da maneira sobredita poderá tomar obra de ensamblagem que tenha ou leve talha e não fará ensamblagem em sua casa como se fosse ensamblador examinado (…)"[9]

As comprovações da necessidade de acúmulo de tarefas por parte dos artesãos aparecem em diferentes documentos desde o século XVI. Numa carta de 1549, do padre Manoel da Nóbrega, que se referia a um padre chamado Francisco Pires "hábil carpinteiro que também *marcineirava*", pois era "**oficial de tudo**", com que a Companhia de Jesus contava: "Antonio Pires pede a V. Rvdma. alguma ferramenta de carpinteiro, porque ele é nosso **oficial de tudo**"[10] [sem negritas no original]".

Diferentes caminhos nos levam a considerar que os trabalhos artísticos e artesanais, em suas variadas modalidades, entrelaçavam suas atividades nas mãos de distintos oficiais (os "oficiais de tudo" para usar as palavras do século XVI). A versatilidade de certos artesãos transparece, portanto, na sequência de seus trabalhos de natureza bastante diversa.

Os *Regimentos* proporcionam compreender a transmissão de um sistema de trabalho artesanal de Portugal para Brasil, e além disso, também nos ensinam as ambiguidades do fenômeno que nós chamamos, hoje, de "arte" e de "artista", quando nos referimos ao período colonial no Brasil.

---

[9] Ibid. p.113.

[10] NÓBREGA, Manoel da. Cartas, 1549, p.87. Cartas de Nóbrega, 1549. Ed. da Academia. Citado en Mobiliário, Vestuário, Jóias e Alfaias dos Tempos Coloniais. Notas para uma nomenclatura Baseada em Documentos Coevos. In *Arquitetura Civil III*. São Paulo: FAU-USP, MEC-IPHAN, 1975.

O *Dicionário* de Judith Martins, publicado em dois volumes pelo *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, em 1974, resultou de um importante projeto de organização e sistematização de fontes de natureza diversa, localizadas por muitos pesquisadores ao longo das décadas de 1940 e 1960, e agrupados pela autora em verbetes segundo o sobrenome do artífice. Os verbetes foram compostos: "a partir de cópias de documentos originais levantados por pesquisadores em arquivos públicos civis e eclesiásticos de várias cidades mineiras, sob a orientação do fundador e primeiro Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rodrigo Mello Franco de Andrade".[11]

A publicação do *Dicionário* de Judith Martins entendia-se, já em seu momento, como obra não definitiva e esperava que o acréscimo de documentação, por parte de pesquisadores e estudiosos futuros, levasse a sucessivas reedições atualizadas, o que infelizmente jamais se concretizou. Embora o *Dicionário* tenha se tornado "obsoleto" do ponto de vista quantitativo, pois um grande volume de documentação, como ele mesmo previa, foi localizado e transcrito desde 1974, a publicação não perdeu, de forma alguma, sua validade e sua potencialidade, na medida em que é capaz de apresentar, em conjunto, uma gama de personagens e suas atuações no mundo das cidades da mineração. Não se tratavam de biografias, como o projeto mesmo alertava, mas de sequências de transcrições documentais que sugerem muitas trajetórias possíveis e infinitas novas combinações de dados.[12]

[11] Ibid. p. 5
[12] Ibid. pp. 5-6

As fontes transcritas no *Dicionário* de Judith Martins, relativas aos trabalhos documentados de centenas de oficias mecânicos datam, especialmente, da segunda década do século XVIII à segunda década do século XIX, perfazendo, assim, um arco de registros de trabalhos de cem anos, aproximadamente. Poucos documentos escapam a essa concentração cronológica.

Vejamos que, neste arco de cem anos (1720-1820) correspondente ao grosso da documentação levantada até os anos 1970, constam mencionados 375 carpinteiros, 65 entalhadores, mas apenas 32 marceneiros; sendo que grande maioria destes era nascida em Portugal e não havia passado por exame de ofício nas Câmaras de Minas Gerais. Podemos deduzir que o predomínio, se não dizer exclusividade, da presença do ofício de carpinteiro, neste contexto, propõe já um sistema de equivalência em termos de atuação. Não consta, na documentação transcrita até aquele então, exames de marceneiros ou eleições de juízes de marceneiros, mas somente o registro da atuação de poucos marceneiros, com menção específica ao ofício, por parte de portugueses. Seria um problema lexical, uma equivalência dos termos “carpinteiro” e “marceneiro”, assim como carpinteiro e carapina, uma perda da diferenciação entre os ofícios ou uma ambiguidade própria do Regimento dos Oficias Mecânicos? Vejamos.

É possível observar, sempre tendo em conta a documentação transcrita até 1970, quais trabalhos eram executados em sua maior parte por carpinteiros, e quais eram realizados por marceneiros ou entalhadores.

No que se refere aos carpinteiros, vemos que dos 375 nomes citados no *Dicionário* há referências documentais de trabalhos próprios ao ofício de carpintaria, realizados por carpinteiros, em número de 111. Tratam-se, portanto, de 120 registros de trabalhos de carpintaria, referentes a madeiramento em obras, tetos, assoalhos, portas e janelas, e muitas construções de pontes, entre outros. Dos cento e vinte trabalhos de carpintaria, 111 foram realizados por carpinteiros, identificados por seu ofício no mesmo conjunto de documentação. Apenas registraram-se quatro casos de trabalho de carpintaria realizados por marceneiros e cinco casos, por entalhadores. Deduz-se uma significativa adequação ao ofício e suas funções no que concerne aos carpinteiros em 92,5% dos trabalhos registrados no *Dicionário* de 1974.

Do mesmo modo, entre os entalhadores, parece haver um sentido bastante claro de adequação e uma atuação específica dentro do quadro de suas funções. De um total de 51 trabalhos de talha documentados, 45 foram realizados por entalhadores, ou seja, 80,4%. Há apenas cinco casos, entre as 51 obras de talha, atribuídas pela documentação a carpinteiros; e uma talha somente executada por escultor. Por outro lado, há registro de quatro obras de esculturas de imagens feitas por entalhadores. Como vimos em Jeaneth Araújo, o registro de escultores, assim como de pintores, no âmbito da documentação levantada para o *Dicionário* de Judith Martins é bastante raro, pois não se submetiam ao mesmo “controle” pelo mesmo sistema de regulamentação, exames e licenças como os demais ofícios mecânicos.

Nas fontes associadas a determinados nomes de artesãos, no *Dicionário* de Judith Martins, estão recibos de serviços menores, mais refinados, trabalhos com madeira torneada.[13] Inúmeros exemplos remetem artífices da carpintaria a serviços de marcenaria, em lugar de construções maiores, de pontes e de outras grandes estruturas de madeira.

O livro de Marieta Alves, *Dicionário de Artistas e Artífices da Bahia,*[14] foi publicado em Salvador, em 1976, pela Universidade Federal da Bahia e pelo Conselho Estadual de Cultura. A autora, de saída, reconhecia as lacunas de seu trabalho. O arco temporal compreendido pelo Dicionário de Marieta Alves, pela própria precoce história artística da Bahia, abraçava do século XVI ao XIX. Portanto, uma abrangência cronológica bastante superior ao Dicionário de Martins. No entanto, ambos obedeciam a um mesmo princípio organizativo. Assim como o Dicionário dos artífices e artistas mineiros, o seu equivalente baiano trazia os verbetes em ordem alfabética por sobrenome dos artesãos, acrescido de um índice por profissões ao final. A cada nome, a autora relacionava a documentação respectiva, transcrevendo ou citando a fonte.

No que se refere aos ofícios relacionados à madeira, o Dicionário de Marieta Alves mencionava cerca de 92 carpinteiros, 57 marceneiros, 67 entalhadores, 40 escultores e nenhum ensamblador. Deduz-se, apesar da ausência completa de referências a ensambladores e de

[13] MARTINS, J. op. cit. vol. II. p. 287

[14] ALVES, Marieta. *Dicionário de Artistas e Artífices da Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Conselho Estadual de Cultura, 1976.

um predomínio de carpinteiros, um relativo equilíbrio, no conjunto da documentação de mais de três séculos, entre o número de marceneiros, entalhadores e escultores. Se considerarmos que muitas obras relacionadas aos carpinteiros, no Dicionário de Marieta Alves, dizem respeito à atividades civis e navais – madeiramento em barcos, por exemplo – podemos supor que os trabalhos de carpintaria mais próximos do universo artístico indicariam um impressionante equilíbrio entre as profissões na Bahia "colonial".

Para retomar o problema da sobreposição das tarefas, vejamos. Com relação aos cerca de 92 carpinteiros mencionados no Dicionário de Alves, estão associados a eles 43 obras próprias à carpintaria, apenas 4 obras de marcenaria, 1 de talha e 1 de escultura. São mencionados, para os 57 nome de marceneiros, 31 trabalhos de marcenaria e apenas 1 obra de talha. Para os 67 entalhadores, foram relacionados 79 trabalhos de talha, 5 obras de marcenaria, 3 obras de imaginária e 1 pintura. Aos 40 escultores atribuem-se 18 obras de escultura, 6 obras de talha, 1 trabalho de marcenaria e a realização de 1 pintura. De modo aproximativo, podemos deduzir que havia, a partir do que se pode supor pelo modo como Marieta Alves organizou a massa de documentação que arrolara até 1976, uma impressionante adequação dos ofícios a suas tarefas específicas. Contudo, o fenômeno da sobreposição, em número muito inferior ao que se observou no comparativo com o Dicionário de Minas Gerais, apresentou-se timidamente.

Ao observarmos determinados artífices, no Dicionário de Alves, podemos ler as seguintes expressões: “O examinador (...) declarou-o capaz de executar obras tanto de carpintaria como de marcenaria”;[15] “o carpinteiro J.F.C. com boa fama de entalhador”;[16] Mateus da Costa era “escultor e artista de marcenaria fina”;[17] ou Antônio de Faria “considerado bom carpinteiro e entalhador”;[18] Francisco Fernandes “era mestre imaginário, dos mais antigos entalhadores que se conhecem trabalhando na Bahia”;[19] Felix Pereira Guimarães era escultor e entalhador;[20] e ainda Francisco José dos Santos que, “sendo carpinteiro, deu à Ordem [Terceira do Carmo] três anjos esculpidos”[21] ou Domingos Xavier, carpinteiro que “era considerado artista de marcenaria fina e até escultor”.[22] Embora em termos quantitativistas, o Dicionário de Marieta Alves frustraria a hipótese de um número significativo de casos de sobreposição de tarefas, para o contexto baiano; um olhar atento, qualitativo, indica, entretanto, particulares episódios em que os artesãos da madeira exerciam tarefas para além de seu próprio ofício.

O Dicionário de Raphael Bluteau, *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico,*[23] foi organizado entre 1712 e 1728. Desenhava-se, neste

[15] ALVEZ, Marieta. Op.cit. p. 25.
[16] Ibid. p. 55
[17] Ibid. p. 57
[18] Ibid. p. 69
[19] Ibid. p. 70
[20] Ibid. p. 85
[21] Ibid. p. 162
[22] Ibid. p. 192
[23] BLUTEAU, R. *VOCABULARIO PORTUGUEZ & LATINO, aulico, anatomico, architectonico.* In **www.brasiliana.usp.br/dicionario**

primeiro dicionário da língua portuguesa, a compreensão dos distintos ofícios da madeira. *Carpentaria* era, na definição do Dicionário de Bluteau, obra de carpinteiro, arte e ofício de carpinteiro. *Carpenteiro* ou carpinteiro era "o oficial que faz obras lisas de madeira".[24] Como "obra lisa" podemos compreender que se referia à ausência de talha.

Samblador ou ensamblador definia-se como "oficial que obra e junta madeira lisa e corta a meia esquadria". E ainda: "Todas essas palavras se derivam do francês *Assembler* que vale o mesmo que juntar e ajuntar. Não temos palavras próprias latinas. Poderás chamar a obra de Samblagem". Segue-se a expressão em latim: "*opus intestinum ex variis lignis concinnatum*" (obra de interiores a partir da composição de várias madeiras).[25]

Por sua vez, o verbete *Marcenaria* ou *Marceneria* ou *Macenaria*, definia-se no dicionário de 1728 como "Obra de marceneiro", seguida da expressão latina "*Ligneum opus elegans, ou politius*" (trabalho em madeira elegante ou polido). E, *Marceneiro*, em Bluteau, definia-se como "Oficial que lavra a madeira **com mais primor** que o Carpinteiro *Operis lignei elegatioris faber ou Faber operis intestinis*. Por *operis intestinis* tomam os Doutos por obras de madeira trabalhadas com artifício & primor com que se ornam as casas, como bofetes e contadores, como também portas e janelas, feitas **com mais arte do que costumam fazer os carpinteiros**[26] [sem grifo no original]".

[24] Ibid. p. 158
[25] Ibid. p.464
[26] Ibid. p.324

Talha, *obra de talha*, na definição do *Vocabulário* de Bluteau era “toda obra que se faz de meio relevo, chama-se talha porque é entalhada pelo artífice.[27] Já a palavra entalhador, define-se aqui como “oficial de obra de talha com flores de madeira, com cabeças de Anjos, com netas, brutescos [grotescas?] & outras figuras de meio relevo obras lisas de semblagem”.*[28]*

E, finalmente, *Escultura*, na definição do Dicionário de 1728 era “arte de entalhar madeira, pedras & c. Para com elas fazer varias figuras”, sendo que *Escultor* era “oficial que faz figuras de madeira ou de pedra”. O verbo esculpir somava-se a entalhar, gerando certa confusão de termos, logo esclarecida pela palavra “figura”. O Dicionário Bluteau deixava já bem claro que, em língua portuguesa, entalhar era esculpir em relevo e esculpir era talhar figuras. Por “figuras” compreendemos que se tratava de imagens de vulto pleno.[29]

Os termos relacionados aos ofícios da madeira: carpinteiro, marceneiro, ensamblador, entalhador e escultor, ganhavam suas definições no Dicionário de Bluteau e, ao mesmo tempo, estabeleciam seus limites e peculiaridades de seus fazeres. Parece haver, em Bluteau, uma particular atenção em torno da definição de marceneiro. Não por acaso, talvez, entre carpinteiros e marceneiros tenha havido grande parte dos conflitos registrados nos processos em Portugal na segunda metade do século XVIII.

[27] Ibid. p. 25
[28] Ibid. p. 138
[29] Ibid. p. 234

Esta problemática pode ser, em parte, esclarecida pelas modificações nas profissões a partir do terremoto de Lisboa, de 1755. Segundo Langhans, a permanência dos Regimentos de Ofícios se justificava pelo caráter consuetudinário e permanente de tais relações de trabalho, cuja ruptura e desestabilização se observaria, apenas, com o terremoto de Lisboa de 1755. Para o autor, o terremoto causou perturbações à ordem estabelecida: "ruíram as tendas de arruamentos inteiros do mesmo ofício", muitos documentos se perderam. A reconstrução de Lisboa exigiu muitos ofícios e oficiais a mais, que a cidade não podia oferecer, vieram artífices de outras províncias e de outros países. A *Casa dos 24* tentava, ainda e inutilmente, manter os antigos privilégios e regras. Os ofícios e suas regras começaram, então, a ceder lugar a outras formas de comércio e manufaturas. Daí nasceram os *Decretos de 1761*, "mas não era o fim do sistema".[30] É preciso, portanto, reconhecer ao mesmo tempo a permanência e as transformações das formas de trabalho artesanal na segunda metade do século XVIII no contexto luso-brasileiro.

Desde meados do XVIII, pelas modificações a ampliações no feitio de mobília em toda a Europa, inicia-se, em Portugal, um longo transcorrer de conflitos entre marceneiros, carpinteiros e entalhadores, em torno do domínio sobre a "fabricação" de mobília e a valorização da marcenaria, o que Bluteau expressou como "mais elegante", "com mais arte", "com mais primor". Pode-se

[30] LANGHANS, Franz Paul. *As Corporações dos Ofícios Mecânicos, Subsídios para sua história*. Com um estudo do prof. Marcello Caetano. 2 vols. Imprensa Nacional de Lisboa, 1943. p. XXV.

deduzir que, entre o Livro dos Regimentos de 1572 e a necessidade de sua reformulação em 1767, importantes modificações tinham ocorrido, especialmente no que se refere aos trabalhos de marcenaria. O século XVIII assistira ao fenômeno da diversificação e especialização dos móveis e outros objetos domésticos de madeira. Um novo Regimento, de 1767, "Regimento do Offício de Carpinteiros de Móveis e *Sembrage*", pois fim ao embate, uma vez que agrupou os ofícios dos carpinteiros e marceneiros (carpinteiros de móveis) numa única profissão:

Ponderandosse na Caza dos Vinte e quatro desta Corte, a grande desordem, em que nella vivião, os dois officios de Carpinteiro chamado da rua das Arcas, que com o officio do Marsineiro, tinham conexão entre si, e que cada um dos Officios, pertendiam apropriar-se a diversas obraz, e melhorar-se; de Sorte, que o outro ficasse com grande diminuiçam os Deputados da dita Caza, se fizesse huma reprezentaçam ao Senado da Camara, para que ordenasse se unissem estes dois officios, para que assim ficasse Conservado huma paz firme, e cessarem entre elles, todas as ocazioes de pleitos, e disputas, que aperturbe, ficando ambos denominandosse daqui em diante por Carpinteiros de moveis, e Sambragem.[31]

Mais do que uma inadequação de termos para designar os diferentes ofícios mecânicos presente no vocabulário do século XVIII (e mesmo antes) ou na acepção das palavras adotadas pelos *Dicionários* de 1974 e de 1976, de Judith

[31] REGIMENTO QUE O SENADO DA CAMARA DÁ PARA REGIMENDO OFFICIO DE CARPINTEIRO DE MOVEIS, E SAMBRAGEM ANNO DE 1767. Apud. LANGHANS, Franz Paul. *As Corporações dos Ofícios Mecânicos, Subsídios para sua história*. Com um estudo do prof. Marcello Caetano. 2 vols. Imprensa Nacional de Lisboa, 1943. p. 495.

Martis e Marieta Alves; mais do que a fusão ocorrida entre marceneiros e carpinteiros a partir de 1767; a massa de documentos relacionados aos trabalhos da madeira mostra caminhos biográficos bastante curiosos. O problema da sobreposição das funções e da ambiguidade das ocupações de marceneiros e carpinteiros (acrescentar carapinas, entalhadores e escultores) ocorria nas indicações mesmas dos serviços realizados. Ou seja, as trajetórias sugeridas pela documentação, sobretudo de muitos carpinteiros, marceneiros e entalhadores dos séculos XVI ao XIX em Minas Gerais e Bahia, indicam a abrangência de suas atribuições e a diversidade de trabalhos executados por estes chamados simplesmente de “carpinteiros”, “marceneiros” ou “entalhadores”. Tal diversidade os levava, muitas vezes, de grandes empreitadas a pequenos e delicados serviços de marcenaria, das madeiras brancas às madeiras negras, das madeiras lisas às torneadas e entalhadas, das pontes aos anjos e castiçais.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Marieta. Dicionário de Artistas e Artífices da Bahia. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Conselho Estadual de Cultura, 1976.

ARAÚJO, Jeaneth Xavier de. A pintura de Manoel da Costa Ataíde no contexto da época moderna. In CAMPOS, Adalgisa Arantes. Org. Manoel da Costa Ataíde: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

BLUTEAU, R. VOCABULARIO PORTUGUEZ & LATINO, aulico, anatomico, architectonico. In www.brasiliana.usp.br/dicionario

CORREIA, Vergílio. Prefácio. Livro dos Regimentos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sëpre leal cidade de Lixboa –1572. Publicado e prefaciado pelo Dr. Vergílio Correia. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

LANGHANS, Franz Paul. As Corporações dos Ofícios Mecânicos, Subsídios para sua história. Com um estudo do prof. Marcello Caetano. 2 vols. Imprensa Nacional de Lisboa, 1943.

Livro dos Regimentos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sëpre leal cidade de Lixboa –1572.

MARTINS, Judith. Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais. Rio de Janeiro: Departamento de Assuntos Culturais, MEC, 1974.

NÓBREGA, Manoel da. Cartas, 1549, p.87. Cartas de Nóbrega, 1549. Ed. da Academia. Citado en Mobiliário, Vestuário, Jóias e Alfaias dos Tempos Coloniais. Notas para uma nomenclatura Baseada em Documentos Coevos. In Arquitetura Civil III. São Paulo: FAU-USP, MEC-IPHAN, 1975.

SANTOS, Noronha. SANTOS, Noronha. Um litígio entre marceneiros e entalhadores no Rio de Janeiro. Revista do SPHAN, Rio de Janeiro, n.6, pp.295-317, 1942.